

CPFL RGE terá reajuste médio de 16,06% nas contas de luz

Percentual foi definido em reunião da Aneel ocorrida nesta terça-feira

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Os clientes da CPFL RGE terão a partir da sexta-feira um reajuste médio nas suas tarifas de energia de 16,06%. Para a classe residencial, o aumento será de 14,97%. A decisão foi divulgada ontem durante reunião da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O efeito médio na conta de luz que será percebido pelos clientes conectados em alta tensão, como indústrias e comércios de maior porte, será de um incremento de 19,02%. Já para os ligados em baixa tensão em geral, que abrange a categoria dos residenciais e outros

consumidores, como os rurais, a elevação será de 14,93%.

As perspectivas dos percentuais dos reajustes aprovados já haviam sido adelantadas pelo Jornal do Comércio. O processo de atualização tarifária da concessionária gaúcha foi impactado neste ano devido à recuperação de diferimento tarifário dado em 2024, por causa da catástrofe climática que ocorreu no Rio Grande do Sul. Na ocasião, alguns valores não foram repassados para a tarifa para não impactar ainda mais a população que passava por aquele momento de dificuldade.

O instrumento do diferimento permite a aplicação de um percentual mais baixo de reajuste em um momento para recuperar mais tarde os montantes devidos.

Essa recomposição tarifária da CPFL RGE deverá acontecer nos três procedimentos tarifários seguintes ao de 2024. No reajuste de 2025, já foram restituídos R\$ 383,7 milhões, em 2026 a cifra será de R\$ 424,16 milhões e para 2027 a projeção é de serem repostos R\$ 789,9 milhões (valor que ainda será atualizado).

A CPFL RGE fornece energia para cerca de 3,19 milhões de unidades consumidoras, que propiciam à empresa um faturamento anual de aproximadamente R\$ 11,68 bilhões. A concessionária é responsável por distribuir 65% da energia elétrica consumida no Rio Grande do Sul, atendendo clientes em 381 municípios das regiões Metropolitana, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Estado.

RS lança oficialmente Plano de Transição Energética Justa

A solenidade de lançamento do Plano de Transição Energética Justa para as Regiões Carboníferas do Rio Grande do Sul acontecerá amanhã, às 14h, no Palácio Piratini. O evento contará com a presença do governador, Eduardo Leite, e da secretária de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), Marjorie Kauffmann.

Recentemente, durante reunião do Comitê de Planejamento Energético do Estado do Rio Grande do Sul (Copergs), houve a assinatura da portaria que instituiu o Grupo de Trabalho responsável por descrever os caminhos que o Estado tem seguido para o cumprimento da transição energética, quantificar os efeitos e o panorama atual e propor instrumentos de aceleração do processo. O grupo é composto por técnicos da Sema, incluindo representantes

do Departamento de Energia, do Departamento de Mineração e da Assessoria Técnica.

Além da ação desta quinta-feira, a Sema, juntamente com a agência de desenvolvimento Invest RS, fará outro encontro ligado à área de energia ainda neste mês. No dia 30 de junho, no Instituto Ling, na Capital, será realizado o evento "Novas Energias". A programação será dedicada à troca de experiências e ao diálogo sobre segurança regulatória, infraestrutura energética, descarbonização da economia e o papel de novas fontes energéticas no desenvolvimento sustentável e competitivo do País. A iniciativa integra a estratégia do Estado de se posicionar como um dos principais polos para o desenvolvimento de novas energias e tecnologias voltadas à descarbonização.

Banrisul disponibiliza carência em empréstimo consignado estadual e INSS

O Banrisul passou a oferecer carência nos empréstimos consignados destinados ao funcionalismo público estadual. Em novas operações e refinanciamentos, os clientes podem contar com até quatro meses para o pagamento da primeira parcela, medida que traz maior flexibilidade financeira. Estão contemplados servidores estaduais do Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa. As contratações podem ser realizadas de forma digital, pelo aplicativo do Banrisul, ou presencialmente nas agências.

Segundo o presidente do Banrisul, Fernando Lemos, a carência segue a mesma diretriz adotada pelo Governo Federal para aposentados e pensionistas do INSS. "Trata-se de uma adequação alinhada às políticas públicas mais recentes, que moderniza o crédito consignado e oferece um período adicional de

fôlego financeiro às famílias, permitindo uma reorganização do orçamento com maior segurança e responsabilidade", afirma.

Consignado INSS

No consignado voltado a aposentados e pensionistas do INSS, o Banrisul também adotou alterações em consonância com o órgão federal. Os beneficiários passaram a ter carência de até três meses para o pagamento da primeira parcela, além da ampliação do prazo máximo de pagamento para até 108 parcelas, o equivalente a nove anos. Antes, o limite era de 96 meses, ou oito anos.

Outra novidade é a exigência de validação da operação por biometria facial no aplicativo Meu INSS, procedimento que passa a ser obrigatório. A medida tem como objetivo aumentar a segurança das contratações e reduzir o risco de fraudes, garantindo mais proteção aos beneficiários.



Banrisul amplia condições do crédito consignado com carência de até quatro meses para servidores estaduais e até três meses para beneficiários do INSS